



# **MALKA Y NEGRI**

## **advogados**

**CLIPPING COVID-19**

**Informativo nº 127**

26 de agosto de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
SENADO	<p><a href="#">Aprovada MP que regula pagamento de auxílio emergencial; texto vai a sanção</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>Em sessão remota nesta quarta-feira (26), o Plenário aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2020, que define regras para o pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia da covid-19. O projeto, que teve origem na Medida Provisória (MP) <a href="#">959/2020</a>, cuja vigência expira à meia-noite desta quarta, será encaminhado à sanção presidencial.</p> <p>A matéria foi relatada em Plenário pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO), que manteve o texto do deputado Damião Feliciano (PDT-PB), relator da matéria na Câmara, onde a MP havia sido aprovada na terça-feira (25). Eduardo Gomes é o líder do governo no Congresso.</p> <p>A MP 959/2020 define as regras para os bancos federais pagarem os benefícios aos trabalhadores atingidos pela redução de salário e jornada ou pela suspensão temporária do contrato de trabalho em razão da pandemia de coronavírus. Os benefícios foram criados pela <a href="#">MP 936/2020</a>, que foi transformada na <a href="#">Lei 14.020, de 2020</a>.</p> <p>Fonte: Agência Senado</p>
TRT 10ª Região	<p><a href="#">Leilão unificado do TRT-10 acontece de forma virtual nesta quinta (27)</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) realiza, nesta quinta-feira (27), a partir das 10 horas, mais uma edição do leilão unificado mensal – que segue sendo realizado totalmente de forma virtual em razão de necessidade de distanciamento.</p>
CNMP	<p><a href="#">Plenário do CNMP determina a obrigatoriedade de residência de promotores no local em que atuam durante pandemia</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por unanimidade, mediante Consulta, esclareceu nesta terça-feira, 25 de agosto, durante a 12ª Sessão Ordinária de 2020, que: “A possibilidade de realização de trabalho remoto enquanto perdurar o reconhecimento da pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19) não exime o Membro do Ministério Público de cumprir o dever funcional de residência na comarca ou região.</p>
TJRJ	<p><a href="#">24ª Câmara Cível do TJRJ faz primeira sessão presencial como parte do retorno programado</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>Cinco meses depois da adoção das medidas de isolamento por causa da pandemia da Covid-19, a 24ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realizou nesta quarta-feira (26/8) a sua primeira sessão de julgamento presencial. A iniciativa faz parte da terceira etapa do plano de retorno programado do Judiciário fluminense, regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto nº 25/2020.</p> <p>Presidida pelo desembargador Alcides da Fonseca Neto, a sessão teve 88 processos colocados em pauta, sendo 74 preferenciais, nos quais os advogados manifestaram o interesse de fazer a sustentação oral. Participaram da votação os desembargadores André Luiz Cidra e Flavio Marcelo de Azevedo Horta Fernandes, os juízes designados para atuar na Câmara Álvaro Henrique Teixeira de Almeida e Luiz Eduardo Canabarro, além de representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e servidores do TJ do Rio.</p> <p>Para manter a segurança dos envolvidos, foi limitada a presença dos advogados na sala de sessão. Sentados em cadeiras alternadas, de</p>

		<p>forma a manter o distanciamento, eles somente podiam permanecer no ambiente durante o julgamento do seu caso. Os demais ficavam aguardando a ordem de chamada em salas próximas, cujas janelas foram mantidas abertas e com álcool em gel à disposição.</p> <p>Segundo o desembargador Alcides da Fonseca Neto, a sessão foi convocada pela presidente da 24ª Câmara Cível, desembargadora Nilza Bittar, atendendo às recomendações da Presidência do Tribunal de Justiça.</p> <p>- Trata-se de um momento importante e temos que agradecer a todos os envolvidos. O presidente do Tribunal (desembargador Claudio de Mello Tavares) entendeu que voltássemos a ter contato com o público. E esses processos são aqueles em que os advogados querem fazer a sustentação oral. Assim, todos nós faremos uma sessão presencial por mês - disse o desembargador.</p> <p>Os demais casos que não necessitem de sustentação em plenário continuarão a ser julgados nas sessões virtuais, nas quais são relacionados mais de 200 processos por vez.</p>
CONJUR	<p><a href="#">Por Covid-19, TJ-SP padroniza assembleia-geral de credores de forma virtual</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>A Corregedoria-Geral de Justiça de São Paulo divulgou um comunicado aos juízes do estado com objetivo de padronizar a assembleia-geral de credores em ambiente virtual, procedimento que vem sendo adotado em inúmeros processos de recuperação judicial em razão da epidemia do coronavírus.</p> <p>Conforme o comunicado, o requerimento do administrador judicial ao juiz deve conter as razões da realização da assembleia virtual, a apresentação de minuta do edital de convocação, além de instruir o pedido com a comprovação de que a plataforma escolhida preenche os requisitos necessários à validade do ato.</p>
Migalhas	<p><a href="#">Shopping de SP deve reduzir aluguel de lojista proporcionalmente às fases de reabertura do comércio</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>A juíza de Direito Tamara Hochgreb Matos, da 24ª vara Cível do foro central de SP, confirmou tutela de urgência para determinar, em razão da pandemia, a redução do valor de aluguel de uma loja localizada em shopping, de forma proporcional às fases de reabertura do comércio no Estado de SP.</p>
	<p><a href="#">Shopping Pátio Higienópolis reverte decisão que garantia desconto em aluguel de loja</a>, disponibilizada em 26.08.2020</p>	<p>Nesta segunda-feira, 24, o desembargador Carlos Nunes, do TJ/SP, suspendeu decisão que reduzia aluguel de loja localizada no shopping Pátio Higienópolis em razão da pandemia.</p> <p>Para o magistrado, “considerando que o agravante mantém concessões de descontos, ainda para o mês de julho, com redução do aluguel mensal mínimo, do condomínio e do fundo de promoção, tenho por prudente o deferimento de efeito suspensivo, sustando a decisão atacada, ao menos até o julgamento deste recurso”.</p>
	<p><a href="#">Pandemia: Aluguel de posto é reduzido pela metade até PIB retornar ao patamar anterior</a>, disponibilizada em 26.08.2020.</p>	<p>Posto de combustíveis terá desconto de 50% no aluguel até que o PIB nacional divulgado pelo IBGE retorne ao patamar anterior ao do início da pandemia. A decisão é do juiz de Direito Luís Mauricio Sodrê de Oliveira, da 3ª vara Cível de São José dos Campos/SP.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

**Malka Y Negri Advogados**

